SUMÁRIO

1. Capítulo I - Base de cálculo
2. Capítulo II – Despachos de mercadorias
 - 2.1 – Seção I – Disposições Gerais
 - 2.2 – Seção II – Processamento do despacho
 - 2.3 – Seção – III – Despachos especiais
3. Capítulo III — Controle da Importação pela CACEX
4. Capítulo IV — Mercadorias sujeitas a controles especiais
 - 4.1 — Seção I — Petróleo e derivados
 - 4.2 — Seção II — Trigo
 - 4.3 — Seção III — Mercadorias diversas
5. Capítulo V — I senções, reduções e suspensão
 - 5.1 — Seção I — Disposições Gerais
 - 5.2 — Seção II — Similaridade
 - 5.3 — Seção III — Admissao tempòraria de automóveis
6. Capítulo VI — Bagagem
7. Capítulo VII — Acordos Internacionais — Concessões Tarifárias
 - 7.1 — Seção I — Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)
 - 7.2 — Seção II - Acordão geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)
8. Capítulo VIII — Remessas Postais Internacionais
9. Capítulo IX — Carga aérea
10. Capítulo X Cofres de carga
 - 10.1 — Seção I — Importação
 - 10.2 — Seção II — Exportação
11. Capítulo XI — Zona Franca de Manaus
12. Capítulo XII — Tráfego de veículos em região fronteira
 - 12.1 — Seção I Disposições Gerais
 - 12.2 — Seção II — Veículos de Passageiros
 - 12.3 — Seção III — Veículos de Carga
 - 12.4 — Seção IV — Veículos de outras localidades
13. Capítulo - XIII Veículos automotores pertencentes a turistas, caminhões de carga, ônibus de passageiros procedentes de países limítrofes
 - 13.1 — Seção I — Veículos pertencentes a turistas
 - 13.2 — Seção II — Caminhões de carga
 - 13.3 — Seção III — ônibus de passageiros
14. Capítulo XIV — Disposições Especiais
 - 14.1 — Seção I — Reembarque
 - 14.2 — Seção II — Fatura Comercial
 - 14.3 — Seção III — Termo de Responsabilidade

- 14.4 — Seção IV — Marinha Mercante
14.5 — Seção V — Disposições Finais

15. Anexos

- 1 - Modelo de declaração da CACEX para efeito de fechamento de câmbio nas importações da PETROBRAS.
- 2 - Relação das empresas aéreas habilitadas ao gozo da isenção da Lei nº 1.815, de 18 de fevereiro de 1953.
- 3 - Tabela de artigos de consumo isentos como bagagem.
- 4 - Relação dos países contra tantes do GATT.
- 5 - Guia de desembarço no território da Zona Franca de Manaus.
- 6 - Modelo de licença de livre trânsito de veículos na fronteira.
- 8 - Modelo de permissão especial para veículos de carga (trânsito na fronteira) –Horário normal.
- 9 - Idem, válido por 24 horas.
- 10 - Tabela de fixação do dólar fiscal, a partir de 1964.
- 11 - Tabela de valores do imposto único incidente sobre combustíveis líquidos, a partir de outubro de 1963.

- 12 -Tabela de preços — Laboratório de Anlises

CAPÍTULO I

Base de cálculo

Sem prejuízo do disposto na Portaria do Sr. Ministro da Fazenda nº GB-355, de 5 de setembro de 1969, será impugnado o valor da fatura comercial que resultar de descontos especiais concedidos pelo exportador estrangeiro em função da qualidade de importador, da quantidade da mercadoria adquirida, de pagamento antecipado ou à vista da compra efetuada.

2. A alíquota do imposto de importação aplicável é aquela vigente na data do registro da declaração (nota de importação) na repartição fiscal.

3. As alíquotas alteradas a partir de 1º de janeiro de 1968 por resoluções do Conselho de Política Aduaneira não estão sujeitas ao acréscimo de 59% (cinco por cento) "ad valorem" a que se refere o art. 1º do Decreto-Lei nº 333 (*), de 12 de outubro de 1967.

CAPÍTULO II

Despacho da mercadoria

SEÇÃO I

Disposições Gerais

4. Além da classificação técnica, segundo a posição tarifária da mercadoria, a declaração deverá indicar a quantidade, qualidade, marca, modelo, tipo, referência, dimensão e outras características peculiares da mercadoria despachada, para sua perfeita identificação.

5. Havendo divergência entre a especificação da mercadoria e a posição tarifária indicada na declaração, aquela prevalece sobre esta como declaração do importador.

6. A declaração do nome científico do produto e, quando houver, do nome comercial, poderá ser feita na própria nota de despacho ou em qualquer dos

documentos que obrigatoriamente instruem o mesmo despacho, tais como fatura comercial e licença ou guia de importação.

7. Não terá andamento a declaração cujo conhecimento de carga não houver sido liberado pelo transportador, com a declaração de haver sido pago o frete marítimo, e a indicação do seu valor, e da taxa de Renovação da Marinha Mercante.

8. Somente prevalece a isenção da taxa da Marinha Mercante se declarada expressamente pela Superintendência Nacional da Marinha Mercante.

9. A declaração conterà, obrigatoriamente, a indicação do número de inscrição do importador no Cadastro Geral de Contribuintes, devendo essa indicação ser feita logo após o nome da firma ou sua razão social.

10. Nas cópias que constituem cada declaração, será indicado, por extenso, o seu número de ordem.

11. Na quarta (4ª) via será exigida a aposição do carimbo com os seguintes dizeres: "CÓPIA PARA APRESENTAÇÃO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL".

12. Nas quarta (4ª) e quinta (5ª) vias da declaração, constará, também, a averbação usual de "CONFERI E DESEMBARACE I", aposta na primeira (1ª) via.

13. A 5ª via da declaração, devidamente desembaraçada, deverá ser remetida semanalmente ao Banco Central do Brasil.

SEÇÃO II

Processamento do despacho

14. No processamento da declaração deverá ser observado o procedimento indicado nesta Seção, salvo o caso previsto na Portaria nº 1.038, de 8 de setembro de 1969, do Secretário da Receita Federal, quando serão atendidas as normas ali indicadas:

I — pagamento prévio do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, através da declaração em uso, preenchida à máquina, sem emenda, rasura ou qualquer falha que possam tornar duvidosa a autenticidade de tal documento;

II — apresentação da declaração ao setor próprio da repartição fiscal, acompanhada de todas as vias comumente usadas, para a devida numeração e destinação conveniente das diversas vias aos órgãos interessados;

III — encaminhamento da 1ª via da declaração acompanhada do conhecimento original e de fatura comercial ao setor competente, para juntada do documento de controle cambial, no caso de despacho total da mercadoria constante desse documento. No caso de despacho parcelado, o importador juntará à declaração, cópia do documento cambial e extrato em duas vias da mercadoria cujo despacho esteja em curso, para o controle conveniente;

IV — encaminhamento direto da 1ª via da declaração com a documentação indicada no inciso anterior ao setor próprio, para distribuição a conferência; e

V — verificação documental da declaração e dos respectivos cálculos pelo agente fiscal designado, seguida do exame físico da mercadoria despachada, para efeito do desembaraço alfandegário.

15. Se, da verificação e exame a que se refere o item anterior, apurar-se acréscimo em relação aos tributos pagos, a diferença deverá ser imediatamente recolhida em Nota de Diferença, com as penalidades legais cabíveis. Nesta hipótese, a liberação da mercadoria ficará condicionada à comprovação do recolhimento do acréscimo apurado, quer se trate de diferença do imposto de importação, quer de diferença do I.P.I. ou, simplesmente, de multas por infração regulamentar.

16. Procedida a liberação da mercadoria, o Agente Fiscal providenciará o recolhimento da declaração ao setor próprio, para o controle e as anotações de praxe no manifesto, cumprindo ao encarregado desse serviço representar ao chefe imediato sobre qualquer irregularidade que apurar.

17. Ultimadas tais providências, providenciará o setor competente a remessa da declaração e sua documentação à Revisão para exame final e providências que entender oportunas, remetendo, por fim, este documento, devidamente revisto, ao

Arquivo da Repartição.

SEÇÃO III

Despachos Especiais

18. No caso de transito, reexportação ou transbordo de mercadorias estrangeiras transportadas por via aérea, deverão ser observadas as normas desta Seção.

19. O embarque de volumes para o destino final fica condicionado à assinatura de termo de responsabilidade, no qual a empresa transportadora se obrigue a pagar todos os tributos devidos pela importação da mercadoria, bem como as multas cabíveis, desde que não comprove a efetiva descarga dos volumes no Aeroporto de destino, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a Contar da data da assinatura do respectivo termo.

20. A prova de efetiva descarga dos volumes será feita mediante certidão da autoridade fiscal do aeroporto de destino, exarada na própria folha do controle de transito, onde aporá assinatura sobre carimbo contendo nome e número de matrícula.

21. A autoridade fiscal poderá permitir o embarque dos volumes antes da assinatura do termo de responsabilidade, desde que a transportadora, no próprio requerimento formulado com esse objetivo, declare expressamente assumir o compromisso a que alude o item 19.

22. Na hipótese do item anterior, será fixado o prazo de 8 (oito) dias para a assinatura do termo, sob pena de se tornar imediatamente exigível a obrigação do pagamento dos tributos e multas.

23. Não será exigível termo de responsabilidade quando se tratar de carga destinada ao exterior, desde que a aeronave não faça escalas em território nacional.

CAPÍTULO III

Controle da importação pela CACEX

24. Da declaração deverão constar os números dos documentos que cobrem a importação (Licença, Guia de Importação) e, quando for o caso, o número do Certificado do Banco Central, precedido de suas iniciais: CPC n..... (quando se tratar de importação amparada em certificado de Prioridade de Financiamento Externo) e outros que venham a ser adotados.

25. Na declaração referente a mercadoria não sujeita à licença ou controle cambial (bagagem, bens de imigrante, etc.) deverá constar o artigo da lei que ampara o seu desembaraço, independentemente da apresentação daqueles documentos.

26. Quando do documento da CACEX constar a anotação "Investimento de Capital" carimbo com esses dizeres deverá ser apostado em todas as vias da declaração.

27. Excluem-se da norma dos itens 24/26 os derivados de petróleo sujeitos a controle do Conselho Nacional do Petróleo.

28. Nos embarques parcelados, a tolerância de 10% (dez por cento) quanto ao preço e de 5% (cinco por cento) quanto a quantidade ou peso, previstos no art. 60 da Lei nº 3.244 (*), de 14 de agosto de 1957, com a nova redação do art. 169, do Decreto-Lei nº 37 (*), de 18 de novembro de 1966, deve ser considerada proporcionalmente a cada embarque e não sobre os totais consignados na licença ou guia de importação.

29. Nenhuma mercadoria, salvo nos casos de importação de derivados de petróleo, controlada pelo Conselho Nacional de Petróleo, será desembaraçada sem que a repartição competente tenha recebido diretamente da CACEX a via que lhe é reservada dos documentos indicados no item 24 e com base na qual deverá ser feita a conferência do material.

30. Não constitui infração cambial divergência de frete e seguro lançada na Guia ou Licença de Importação, uma vez que estes valores são meramente estimativos.

31. No desembaraço alfandegário com base em Guia de Importação emitida pela Carteira de Comércio Exterior fica dispensada a prova de fechamento de câmbio

respectivo.

32. Para as mercadorias constantes da relação anexa ao Decreto nº 398 (*), de 30 de dezembro de 1968, a Carteira de Comércio Exterior exige comprovação de contratação prévia de câmbio, conforme consta de seu Comunicado nº 280.

33. De acordo com o Comunicado nº 242 da Carteira do Comércio Exterior, a "Declaração" usada para a importação de papel de imprensa, papel para livro e material tipográfico foi substituída pela Guia de Importação.

34. Independem de Licença ou Guia de Importação as peças, acessórios e partes que se destinem a reposição das danificadas pertencentes a navios estrangeiros surtos em portos nacionais, quando a eles diretamente destinadas, ressalvadas as devidas cautelas fiscais.

35. Não serão aceitas cópias fotostáticas, ou por outro processo, das vias dos documentos de controle da importação regularmente encaminhados pela CACEX às Repartições Fiscais, exceção feita para os referentes às importações de trigo, por conta e ordem do Governo Federal. Nesta última hipótese, as cópias deverão estar autenticadas pelo funcionário da CACEX que as extrair.

36. Será recusado o recebimento da via de licença, bem como de aditivos, por intermédio de interessado, exceto na hipótese referida no item anterior.

37. No ato de recebimento serão autenticadas as cópias das relações que devam ser devolvidas à CACEX.

38. Será acusado o recebimento, com a possível urgência, dos expedientes que acompanham as mencionadas vias, no caso de remessas a repartições fiscais localizadas em praças diferentes das agências emissoras das licenças.

39. Será promovido entendimento direto e pela via mais rápida, com os departamentos da CACEX, sempre que haja dúvida quanto à legitimidade das licenças e aditivos.

40. Qualquer anotação de advertência do órgão expedidor do documento de controle da importação deverá ser transmitida ao Agente Fiscal designado para conferir a mercadoria.

41. Estão dispensadas, pelo Conselho Monetário Nacional, as operações simbólicas de compra e venda de câmbio referentes a importações, inclusive bagagens, cujo valor não ultrapasse de US\$ 1.000,00 (mil dólares) quando destinadas exclusivamente a regularização cambial e não envolvam remessa para o exterior.

CAPÍTULO IV

Mercadorias sujeitas a controles especiais

SEÇÃO I

Petróleo e derivados

42. Na ocorrência de aumento das respectivas taxas verificado entre a data do pagamento do primeiro terço e dos 2/3 restantes, a diferença a pagar deverá ser cobrada juntamente com a última parcela.

43. É de 20°C (vinte graus centígrados) a temperatura de referência para medição do petróleo e seus derivados.

44. Para efeito do disposto no § 1º do art. 20 da Lei nº 2.975 (*), de 27 de novembro de 1956, o Conselho Nacional do Petróleo somente considera carregamento de produto a granel aquele que, transportado em tanque de navio, deste se descarrega diretamente por condutos.

45. Para fins de fechamento de câmbio, nos despachos de importação de interesse da Petrobrás será aceita declaração da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., conforme modelo constante do anexo nº 1.

46. O gás liquefeito de petróleo inclui-se entre os produtos que podem ser importados com um só conjunto de documentos de carga ou embarque para diversos

portos do País.

47. As importações de aditivos e produtos químicos destinados a formulação de óleos lubrificantes automotivos e graxas não dependem de autorização do Conselho Nacional do Petróleo.

48. A declaração relativa a recolhimento do imposto único sobre produtos de petróleo e derivados somente pode ser arquivada após efetuado o pagamento integral do tributo devido.

49. O fornecimento de combustíveis e lubrificantes a navio e a aeronave de bandeira estrangeira far-se-á até o limite necessário ao consumo de bordo, observadas as normas do Conselho Nacional do Petróleo, bem como as pertinentes à exportação e cumpridas as exigências de ordem cambial.

SEÇÃO II

Trigo

50. O desembaraço alfandegário de trigo importado pelo Governo Federal, através do Banco do Brasil, tem caráter prioritário e urgente, e se processará, mediante solicitação, através de ofício em 3 vias, da Carteira de Comércio Exterior, aos Chefes das repartições fiscais, declarando:

I — nome do vapor e data provável da chegada ou da sua entrada no porto;

II — tonelage e origem da carga;

III — compromisso de apresentação de declaração única por conhecimento de embarque no prazo de 90 dias da chegada do navio, acompanhado da respectiva fatura comercial; e

IV — no ofício deverá constar declaração apropriada dos agentes do navio, certificando a propriedade da carga.

51. O original do ofício constituirá processo que transitará em mãos do representante legal da CACEX, independente de qualquer informação ou outras formalidades. Nesse processo o Chefe da repartição fiscal autorizará a descarga provisória do cereal e o encaminhará à conferência para desembaraço.

52. E efetuado o desembaraço, o processo será recolhido e arquivado junto dos papéis do vapor, onde aguardará a apresentação do despacho definitivo.

53. A 2ª via será levada ao setor de fiscalização externa para designação do Agente Fiscal que tiver de acompanhar a operação de descarga do navio, sendo após remetida à Seção competente para arquivamento, também, junto aos papéis do vapor.

54. A 3ª via deverá ser entregue pelo próprio representante da CACEX à entidade portuária e servirá como autorização da descarga e livre movimentação do cereal nas dependências e instalações destinadas a esse fim.

55. É dispensada a assinatura de termo de responsabilidade para apresentação posterior de fatura comercial, a qual deverá ser apresentada com o conhecimento de carga para instruir o despacho definitivo, que ultimar a operação.

SEÇÃO III

Mercadorias Diversas

56. O desembaraço de determinadas mercadorias sujeita-se a controles especiais:

Animais vivos: laudo médico-veterinário expedido pelo órgão competente do Ministério da Agricultura.

Armas, munições, explosivos e materiais sujeitos a controle do Ministério do Exército: prévia autorização do Ministério do Exército, salvo quanto àqueles importados diretamente pelos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica. É necessária também autorização da Polícia Civil.

Borracha: comprovação de haver sido paga a taxa de Organização e Regulamentação

do Mercado da Borracha (TORMB), cuja quitação constará de uma das vias da Guia de Importação.

Livros, revistas, panfletos, cartazes, etc.: autorização da Polícia Civil, se à primeira vista puderem ser considerados, por sua natureza, contrários à moral ou à segurança pública. Medicamentos, produtos farmacêuticos, entorpecentes: liberação prévia do Serviço Nacional deiscalização da Medicina, do Ministério da Saúde.

Produtos alimentares e bebidas: exame prévio da Seção do Laboratório de Análise ou órgão oficial competente.

Vegetais e suas partes vivas: exame prévio de órgão competente do Ministério da Agricultura.

Quaisquer outros artigos: segundo o regulamento próprio.

CAPÍTULO V

Isenções, reduções e suspensão

SEÇÃO I

Disposições Gerais

57. Nenhuma isenção do imposto de importação será reconhecida se não resultar expressamente da lei, de seu regulamento ou de ato que os completem, baixados pelo Ministério da Fazenda ou pelo C.P.A. Descabe a aplicação no caso, da equidade, analogia ou extensão.

58. O despacho da autoridade fiscal que reconhecer a isenção ou redução será obrigatoriamente transcrito em todas as vias da declaração, fazendo-se menção do número do processo em que foi prolatado.

59. Os Chefes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal poderão delegar competência para requisição de isenção ou redução tributária.

60. Na garantia estabelecida para fins de desembaraço da mercadoria nos termos do art. 42, letra "b", da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, será incluído o valor do imposto sobre produtos industrializados.

61. Em todas as vias da declaração relativa a mercadorias isentas ou com redução do imposto de importação, qualquer que seja a razão determinante da isenção ou redução, deverão ser calculados os tributos que seriam pagos se não houvesse a isenção ou redução, calculando-se, em seguida, os tributos que deverão ser recolhidos.

62. As empresas aéreas nacionais e estrangeiras habilitadas ao gozo da isenção prevista na Lei nº 1.815 (*), de 13 de fevereiro de 1953, são as relacionadas no anexo nº 2.

SEÇÃO II

Similaridade

63. Na importação de aço alto carbono, aço inoxidável ou qualquer outro aço-liga dos itens 73-05 a 73-13, da Tarifa Aduaneira em vigor, o importador que desejar obter a redução da Nota 164 deverá apresentar licença de importação (modelo 34/01), da qual conste, expressamente, no espaço destinado a "observações": "importação amparada pela Resolução nº 512/67, do Conselho de Política Aduaneira".

64. As importações processadas através de guias de importação (modelo 34/18), não fazem jus à redução prevista na Nota 164, da Tarifa Aduaneira.

65. Na importação de trator enquadrado nas especificações da Resolução nº 485/67, do Conselho de Política Aduaneira, é dispensável a apuração da similaridade para o gozo de isenção, uma vez que na Resolução são relacionados os tratores passíveis do benefício da Nota 191-A da Tarifa. Somente quando o trator não constar da lista positiva da citada Resolução é que deverá ser levantada a questão da similaridade.

SEÇÃO III

Admissão temporária de Automóveis

66. Nenhum automóvel será despachado sob a cobertura de “CARNET DE PASSAGE EN DOUANE” da Aliance Internacional de Tourisme e emitidos por clubes estrangeiros filiados, sem a concordância específica para cada caso, do Touring Club do Brasil.

67. A franquia aduaneira temporária poderá ser autorizada independente de apresentação de licença de importação, aos automóveis e motocicletas pertencentes a turistas e cobertos por “Carnet de Passage en Douane”.

68. A admissão aduaneira temporária somente será concedida mediante pedido expresso do Touring Club do Brasil, devendo constar do termo de responsabilidade a garantia pelo pagamento dos gravames e tributos devidos ou que vierem a ser devidos.

CAPÍTULO VI

Bagagem

69. A nota de bagagem não ampara mercadoria estrangeira encontrada exposta à venda ou em depósito comercial e industrial.

70. A declaração do casal, acompanhada ou não de filhos menores, será conjunta. A isenção prevista no art. 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.324 (*), de 11 de setembro de 1967, beneficia a cada um dos cônjuges.

71. A pauta de valor mínimo não constitui base de valor para os objetos considerados como bagagem isenta do imposto de importação, uma vez que é fixada para fins de cálculo de imposto das mercadorias tributáveis.

72. São fixados na tabela constante do Anexo nº 1 os limites de isenção tributária relativamente aos artigos de consumo de que trata o § 2º do art. 20 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.324, de 11 de setembro de 1967, com a nova redação dada pelo Decreto nº 63.947 (*), de 30 de dezembro de 1968.

73. O despacho, a conferência e o desembaraço aduaneiro de mercadorias estrangeiras integrantes de bagagem de passageiros, excluídas do conceito de bagagem, na forma do art. 1º, § 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.324, de 11 de setembro de 1967, com as modificações posteriores, obedecerão às normas fixadas a seguir:

I — verificada a existência, na bagagem, de mercadorias a que alude este item, providenciará a autoridade fiscal sua retenção, notificando o passageiro a despachá-las como particular, mediante a observância dos preceitos legais e regulamentares que disciplinam o regime comum de importação;

II — o relacionamento das mercadorias será feito por Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, na presença do passageiro ou de seu representante legal;

III — concluído o relacionamento previsto no artigo anterior, serão providenciadas:

a) pelo funcionário aduaneiro, a cintagem dos volumes, que permanecerão sob a guarda do responsável pelo armazém ou depósito;

b) pelo passageiro ou seu representante legal a formulação da declaração respectiva;

IV — o despacho de importação deverá ser instruído com os documentos exigidos, por lei ou regulamento, para as importações comuns;

V — a falta de qualquer desses documentos ou inobservância de formalidade em relação aos mesmos implicará na imposição, ao passageiro, da penalidade prevista na legislação que os exigir;

VI — pagos os tributos, a declaração será distribuída a Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, para conferência de saída, na conformidade das normas em vigor;

VII — quando se tratar de mercadoria cuja liberação depende de licenciamento por outro órgão da administração pública, o desembaraço será obrigatoriamente precedido da satisfação dessa exigência;

VIII — o passageiro proprietário de mercadorias nas condições do item 73 responderá como importador, pelos tributos devidos, bem assim pelas penalidades relativas às infrações de natureza fiscal e cambial definidas em lei quanto ao despacho de importação;

IX — as penalidades de que trata o inciso anterior serão aplicadas sem prejuízo, em qualquer caso, da multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, prevista no art. 106, inciso II, alínea "c", do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966;

X — os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador do Sistema de Tributação.

CAPÍTULO VII

Acordos Internacionais — Concessões tarifárias

SEÇÃO I

Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC)

74. Toda vantagem concedida pelo Brasil a países signatários do Tratado de Montevidéo (ALALC) é extensiva aos países membros da ALALC, inclusive quanto ao pagamento do acréscimo de 5% de que trata o Decreto-Lei nº 333, de 12 de outubro de 1967, nos termos do art. 18. daquele Tratado, "verbis" :

“Qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio aplicado por uma Parte Contratante em redação a um produto de ou destinado a qualquer outro país, será imediata ou incondicionalmente estendido ao produto similar originário de, ou destinado ao território das demais Partes Contratantes”.

75. As importações de países da ALALC não estão isentas do imposto sobre produtos industrializados.

76. O tratamento cambial e fiscal concedido a país membro da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) não se estende a terceiros países por aplicação da cláusula de nação mais favorecida.

77. A concessão outorgada pelo Brasil isoladamente a país membro da ALALC não se estende, por qualquer título, a nenhum outro país.

78. A descrição da mercadoria objeto da concessão no corpo da declaração deverá ser feita de modo a permitir sua perfeita identificação com os produtos convencionados, segundo a forma pela qual esses produtos estiverem indicados nas referidas listas.

79. A interpretação do conteúdo de cada item especificado em lista anexa a decreto que aprove concessão tarifária segundo o Tratado de Montevidéo levará em conta a posição correspondente à NAB, indicada na coluna própria, assim como as notas legais que a integram e as Notas Explicativas que a acompanham.

80. Na importação de condensadores variáveis, de países membros da ALALC, será exigido Certificado de Origem expedido por entidade oficialmente autorizada, que, no Uruguai, são a Dirección de Industrias del Ministerio de Industria y Trabajo", a "Camara Nacional de Comercio", e a "Camara de Industria”.

SEÇÃO II

Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)

81. Os atuais contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) são os relacionados no Anexo nº 4.

CAPÍTULO VIII

Remessas postais internacionais

82. A encomenda postal de que constem produtos, sub-produtos e matéria prima de origem animal, produtos biológicos, animais vivos e material para sua multiplicação (sêmen e ovos embrionados), procedentes do Exterior, fica sujeita às exigências sanitárias estabelecidas nos Regulamentos do Serviço de Defesa Sanitária Animal (S.D.S.A.), aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, e de Inspeção Industrial Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovada pelo Decreto nº 30.691 (*), de 29 de março de 1952, e modificado pelo Decreto nº 1.255 (*), de 25 de junho de 1962.

83. Os produtos biológicos de que trata o item precedente relacionam-se à etiologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia de doenças animais.

84. A saída de qualquer das encomendas citadas nos itens anteriores, do setor do Correio que as tenha recebido diretamente do exterior, somente será permitida quando acompanhada do Certificado Sanitário expedido por Veterinário com exercício no Órgão Regional do Serviço de Defesa Sanitária Animal (S.D.S.A.), do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, com jurisdição na área em que esteja situada a Repartição dos Correios onde se encontrar a encomenda postal.

85. A encomenda postal procedente de país onde esteja grassando doença infectocontagiosa ou parasitária não existente no Brasil deve ser apreendida e colocada à disposição da autoridade veterinária, a quem compete determinar as medidas profiláticas a serem adotadas, de conformidade com a legislação que rege a espécie.

CAPITULO IX

Carga Aérea

86. O transporte de carga aérea para o Brasil se sujeita às formalidades seguintes, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições regulamentares:

I — somente no aeroporto de entrada é obrigatória a apresentação, à autoridade fiscal da "declaração geral" referida nos artigos 2º, 3º e 5º do Decreto-Lei nº 49.621-B (*), de 29 de dezembro de 1960;

II — entende-se como último aeroporto de escala em país estrangeiro aquele constante de linha previamente autorizada pela Diretoria de Aeronáutica Civil, não se considerando como tal, conseqüentemente, simples pousos levados a efeito por motivos técnicos;

III — continua em vigor a exigência de apresentação da "folha de descarga" de que trata o parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 20.491 (*), de 24 de janeiro de 1946;

IV — os conhecimentos aéreos deverão ser legalizados pela autoridade consular brasileira do aeroporto de embarque da carga respectiva, ressalvadas as exceções do art. 8º, § 1º e art. 10 do Decreto-Lei nº 8.853 (*), de 24 de janeiro de 1946;

V — estão igualmente sujeitos a legalização consular os conhecimentos aéreos de carga em trânsito, desde que a mesma deva sofrer transbordos no Brasil ;

VII — na ocorrência de embarque de carga de última hora, a transportadora fará nota dessa circunstância no conhecimento aéreo respectivo, quando da visita regulamentar, bem como no "rol de conhecimento" oportunamente apresentado à autoridade aduaneira do aeroporto de descarga;

VII — igual procedimento deverá ser adotado nas hipóteses de: carga não embarcada; parcialmente embarcada; ou descarregada por motivos técnicos;

VIII — a carga reembarcada para o Brasil, por qualquer dos dois últimos motivos enumerados no inciso anterior, será considerada "resto de carga" e deverá vir acompanhada de cópia do conhecimento respectivo, na qual a transportadora fará declaração que identifique a aeronave que a deveria transportar originariamente;

IX — a transportadora deverá, quando da descarga de volume em trânsito, fazê-los constar, em separado, da folha de descarga e do rol de conhecimentos;

X — no reembarque de carga em trânsito, sujeita a transbordo no território nacional, a transportadora apresentará à autoridade fiscal uma cópia do conhecimento

aéreo respectivo;

- XI — para o embarque de carga exportada para o exterior deverá ser apresentada à autoridade fiscal além da "guia de embarque" (ou documento equivalente), uma via do conhecimento aéreo, não sendo, porém, exigível manifesto nem rol de conhecimentos;
- XII — não deverá ser exigida pela autoridade fiscal para instrução de processos de desembaraço de bagagem desacompanhada, declaração da empresa transportadora;
- XIII — sempre que houver dúvida quanto à validade da declaração de qualidade de passageiro, que não puder ser dirimida pelo passaporte, caberá à autoridade fiscal solicitar informações aos órgãos policiais ou de imigração.

CAPÍTULO X

Cofres de carga

SEÇÃO I

Importação

87. Ficam as repartições fiscais autorizadas a permitir o desembaraço de cofre de carga, contendo mercadorias estrangeiras ou vazio, com franquias aduaneiras temporárias, assim como a expedição dos respectivos "Livre Trânsito" Aduaneiro que habilite sua livre movimentação em todo território nacional, observadas as formalidades a seguir indicadas:

I — o dono, arrendatário ou locatário do cofre de carga deverá assinar termo de responsabilidade, com fiança idônea, salvo se o responsável for a própria empresa transportadora, caso em que não é necessária a fiança;

II — poderá a repartição fiscal permitir a conferência da mercadoria, no depósito ou armazém do importador, desde que, para isso, se tenha habilitado previamente;

III — condições para habilitação ao uso de cofres de carga:

- a) segurança para o cofre de carga e para a mercadoria ou mercadorias que contiver;
- b) existência dos elementos normalmente utilizados pelos agentes fiscais no serviço de conferência de mercadorias, nos armazéns alfandegados;

IV — no caso do inciso II, a conferência pelos agentes fiscais deverá efetuar-se dentro dos dois dias úteis que se seguirem à data do pagamento do imposto de importação ou do despacho de isenção, se for o caso;

V — se houver litígio fiscal com conseqüente apresentação de defesa e solução demorada, a repartição fiscal adotará uma das três seguintes providências;:

- a) entrega da mercadoria ao seu dono ou consignatário, mediante prévia assinatura de termo de responsabilidade;
- b) depósito da mercadoria, mediante termo circunstanciado, no próprio estabelecimento do dono ou consignatário, que dela ficará como fiel depositário até solução final da lide;
- c) recolhimento da mercadoria a armazém alfandegado, se o dono ou consignatário assim o desejar ou se os interesses da Fazenda o exigirem, a critério do chefe da repartição fiscal.

Em qualquer dos casos, a repartição providenciará a rápida liberação do cofre de carga;

VI — poderá, também, a repartição fiscal permitir o desembaraço do cofre de carga fechado para despacho, conferência e liberação da mercadoria no destino, quando situado no interior do país, desde que nesse local haja repartição fiscal habilitada para o desempenho dessa atividade;

VIII — a repartição fiscal que proceder ao desembaraço da mercadoria, na forma do inciso anterior, comunicará o seu recebimento à repartição do porto de descarga, a fim de que sejam feitas anotações no manifesto;

VIII — o envio de cofre de carga com mercadoria estrangeira para conferência e desembaraço em localidade onde não exista repartição fiscal habilitada, dependerá de autorização expressa da Coordenação do Sistema de Fiscalização, em cada caso

concreto;

IX — poderá o consignatário requerer à repartição a abertura do cofre de carga e o recolhimento da mercadoria nele comida, em armazém alfandegado.

Esta operação deverá ser feita dentro dos dois dias úteis que se seguirem à data da entrada do requerimento na repartição fiscal;

X — quando isto não correr, a repartição deverá providenciar a conferência e desembaraço das mercadorias dentro dos dois dias úteis que se seguirem à data do pagamento do imposto de importação devido ou do despacho de isenção, se for o caso;

XI — na ocorrência de questão fiscal da qual dependa a retenção da mercadoria, deverá ser esta, imediatamente, recolhida ao armazém alfandegado para liberação do cofre de carga, salvo nos casos de mercadoria a granel;

XII — o cofre de carga conduzindo mercadoria estrangeira ainda não desembaraçada deverá levar selo e sinete da repartição fiscal de entrada. Esta operação será automática e "ex-offício", no momento de sua primeira descarga no território nacional. Se por ocasião da conferência, for constatada violação dos elementos de segurança, deverá a repartição fiscal abrir processo fiscal juntamente com o processo criminal, convocando, para isso, a autoridade policial competente. O transportador doméstico alfandegado é responsável pela inviolabilidade dos dispositivos de segurança, selos e sinetes durante o trânsito do cofre de carga, passando esta responsabilidade ao consignatário, ao entregá-lo ao destino.

SEÇÃO II

Exportação

88. O cofre de carga com mercadoria nacional destinada à exportação poderá ser despachada diretamente de qualquer localidade onde exista repartição fiscal habilitada, observadas as seguintes normas:

I — a repartição fiscal de ponto de saída limitará a sua fiscalização aos documentos e ao exame dos elementos de segurança, inclusive o selo e o sinete da repartição fiscal de origem;

II — na hipótese de denúncia formalizada, a autoridade fiscal submeterá o cofre de carga a novo exame e conferência, na presença do exportador ou seu representante, do que lavrará termo circunstanciado que servirá de base ao processo fiscal corrente;

III — mediante fiscalização apropriada, poderá a repartição fiscal habilitada permitir que as mercadorias sejam colocadas no cofre de carga do próprio estabelecimento do produtor ou exportador;

IV — no caso de violação dos elementos de segurança do cofre de carga com mercadoria de exportação, deverão ser observadas as disposições do inciso XII, do item anterior; e

V — os casos omissos poderão ser resolvidos pelos chefes das repartições fiscais sendo, em seguida, submetidos à aprovação da Coordenação do Sistema de Fiscalização.

CAPÍTULO XI

Zona Franca de Manaus

89. A liberação das mercadorias estrangeiras entradas na Zona Franca de Manaus, destinadas a estocagem para reexportação independe de qualquer formalidade que não seja o simples confronto das mesmas com os respectivos manifestos, conhecimentos de embarque e faturas comerciais, observadas as disposições seguintes:

I — tratando-se de mercadorias estrangeiras, destinadas a consumo ou utilização locais, bem como a estocagem para comercialização ou emprego em outros pontos do território nacional, sua liberação fica condicionada à prévia regularização cambial perante a CACEX;

- II — na hipótese do inciso anterior, a liberação da mercadoria far-se-á mediante averbação no verso da Guia de Importação, o que será reproduzido na via daquele documento destinada ao consignatário, para efeito de liquidação de câmbio perante a Fiscalização Cambial (vide modelo de carimbo, que constitui o anexo nº 5) ;
- III — com exceção da hipótese prevista na Portaria Ministerial nº GB-105/68, as mercadorias estrangeiras que, a qualquer título, deixarem a Zona Franca de Manaus para serem internadas no País estão sujeitas a despacho de importação, conferência e desembaraço perante a Delegacia da Receita Federal em Manaus, nos termos do art. 6., parágrafo único do Decreto nº 61.244 (*), de 28 de agosto de 1967;
- IV — tratando-se de mercadoria estrangeira introduzida na Zona Franca para estocagem destinada à reexportação, sua internação no território nacional dependerá de prévia regularização cambial perante a Carteira de Comércio Exterior, sem prejuízo do cumprimento das demais formalidades;
- V — tratando-se de mercadoria estrangeira introduzida na Zona Franca para consumo ou utilização locais, bem como para estocagem destinada à comercialização ou emprego em outros pontos do território nacional, cuja regularização cambial foi anteriormente processada, sua internação no território nacional dependerá apenas do cumprimento das formalidades do inciso III;
- VI — na hipótese do inciso precedente, os despachos de importação deverão ser instruídos com notas fiscais de venda da mercadoria, emitidas pelos consignatários ou varejistas, das quais deverão constar os números das Guias de Importação respectivas;
- VII — a Delegacia da Receita Federal em Manaus, à vista das notas fiscais, dará baixa nas Guias de Importação a elas correspondentes;
- VIII — os passageiros que deixarem a Zona Franca com destino a qualquer ponto do território nacional e que pretenderem transportar objetos adquiridos na referida Zona, cuja internação no País dependa do pagamento de tributo, efetuarão o referido pagamento na repartição fiscal de Manaus; e
- IX — o recolhimento de tributos referidos no inciso anterior, far-se-á mediante formulário especial, cujo modelo constitui o anexo nº 6.

CAPÍTULO XII

Tráfego de veículos em região fronteiriça

SEÇÃO I

Disposições Gerais

90. O tráfego de veículos automotores, através de pontes internacionais ou por vias terrestres, entre cidades do Brasil e de países limítrofes, que não se enquadrarem nas normas contidas na Seção I, do Capítulo XIII deste ato, nem nos convênios que regulam a entrada e saída de veículos de carga ou de passageiros em viagens internacionais, obedecerá às regras deste Capítulo.
91. As pessoas que forem consideradas responsáveis ou coniventes em contrabando ou outra fraude aduaneira, após decisão irrevogável, não poderão beneficiar-se das faculdades outorgadas pelo presente ato.
92. Os veículos beneficiados na forma da Seção IV somente poderão desfrutar de tais prerrogativas, novamente, depois do decurso do prazo de 30 (trinta) dias da concessão anterior.
93. Os veículos matriculados ou registrados no exterior, que tiverem a “Licença de Livre Trânsito” prevista na Seção II deste Capítulo, não poderão permanecer no território nacional, seguidamente, por tempo superior a 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de serem apreendidos como contrabando.
94. Os veículos matriculados ou registrados no Brasil, enquadrados na hipótese da Seção II não poderão ultrapassar o limite de 24 (vinte e quatro) horas de permanência

no território estrangeiro, seguidamente, sob pena de seus proprietários serem responsabilizados e punidos na forma da legislação em vigor.

95. Os funcionários destacados para a fiscalização do tráfego fronteiro deverão revistar todos os veículos e anotar, em mapas próprios, os números das placas e os das licenças, tanto na entrada quanto na saída, recolhendo as permissoes provisórias ou especiais.

96. Qualquer irregularidade verificada deverá ser imediatamente comunicada ao Chefe da repartição fiscal, para a punição cabível, competindo-lhe, ainda, resolver os casos omissos, "ad-referendum" do Superintendente Regional da Receita Federal da jurisdição.

SEÇÃO II

Veículos de Passageiros

97. Os automóveis de passeio, particulares ou de aluguel, os ônibus, camionetas, motocicletas e outros veículos motorizados, para transporte de passageiros, matriculados em cidade brasileira também fronteira, mediante autorização especial expedida anualmente pelo Chefe da repartição fiscal do Brasil.

98. Da mesma forma, inversamente, os veículos motorizados, para transporte de passageiros, matriculados ou registrados em cidade brasileira fronteira, poderão atravessar a fronteira e transitar em cidade estrangeira também fronteira, com idêntica permissão concedida por autoridade aduaneira do exterior observado o princípio de reciprocidade de tratamento.

99. A autorização especial a que se refere o item 97 será denominada "LICENÇA DE LIVRE TRANSITO" e impressa na forma do Anexo nº 7, obedecidas as seguintes características:

I — dimensões de 18 x 15 cm;

II — cor branca com faixa diagonal bicolor verde e amarela;

III — carimbo da repartição fiscal atingindo parcialmente a fotografia tamanho 3 x 4 cm do proprietário do veículo ou da pessoa autorizada a conduzi-lo.

100. As "Licenças de Livre Transito" serão emitidas em duas vias e numeradas seguidamente, com validade para o ano de sua expedição, ficando a 1ª via em poder do interessado e a 2ª via em fichário próprio na repartição fiscal.

101. Além da licença em nome do proprietário do veículo, poderão ser concedidas outras em nome das pessoas devidamente autorizadas a conduzir o veículo.

102. Os veículos de passageiros não poderão transpor a fronteira com carga ou mercadoria de qualquer espécie, além de uma roda auxiliar e um pneu sobressalente e das suas ferramentas e equipamentos usuais.

SEÇÃO III

Veículos de Carga

103. Os caminhões e outros veículos de carga, matriculados ou registrados no Brasil ou em país limítrofe, quando transportem legalmente mercadoria em importação ou exportação, deverão habilitar-se, previamente, para atravessar a fronteira, com permissão especial da repartição fiscal válida apenas para um período diurno de 6 às 18 horas.

104. A permissão a que se refere o inciso anterior será expedida na forma do Anexo 8, em duas vias, destinando-se a 1ª ao interessado e a 2ª ao Arquivo da repartição fiscal.

SEÇÃO IV

Veículos de Outras Localidades

105. Os veículos de passageiros, matriculados ou registrados em outras localidades

estrangeiras, que não as cidades fronteiriças, poderão transpor a fronteira, eventualmente, e transitar no território nacional durante o prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, mediante permissão especial fornecida pelo Chefe da repartição fiscal.

106. O disposto no item anterior será aplicável, de modo inverso, aos veículos de passageiros, matriculados ou registrados em outras localidades brasileiras, que não as cidades fronteiriças, observado o princípio de reciprocidade de tratamento.

107. A permissão a que se refere o item 105 será emitida na forma do Anexo 9, em duas vias, destinando-a 1ª ao interessado e a 2ª ao Arquivo da repartição fiscal.

108. O fiador idôneo, indispensável nos casos de veículos de outras localidades, que não as cidades fronteiriças, será aceito a critério do Chefe da repartição fiscal e responderá perante a Fazenda Nacional por toda e qualquer irregularidade verificada.

CAPÍTULO XIII

Veículos automotores pertencentes a turistas, caminhões de carga e ônibus de passageiros procedentes de países limítrofes

SEÇÃO I

Veículos pertencentes a turistas

109. A entrada no País, por via rodoviária, de qualquer veículo automotor pertencente a turista, será concedido pelo prazo de sessenta (60) dias, independentemente de prestação de fiança e de pagamento de tributos, e mediante o cumprimento das seguintes formalidades:

I — comprovação de propriedade de veículo e de que saiu regularmente do país de procedência;

II — apresentação de identidade do proprietário do veículo e de que está habilitado legalmente para dirigi-lo;

III — assinatura de termo de responsabilidade com o compromisso de retornar com o veículo no prazo da concessão, sob pena de expirado esse prazo, se promover a apreensão do veículo para garantia dos tributos devidos e mais cominações legais;

110. A repartição do local de entrada organizará fichas em 4 vias, com as características do veículo e dados pessoais do seu proprietário, devendo arquivar a primeira via, entregar a segunda ao interessado, enviar a terceira à Superintendência respectiva e remeter a quarta via à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

111. A saída do veículo por qualquer ponto do território nacional, observado o prazo de permanência no País, deverá ser autorizada pela repartição local (de saída) e comunicada àquela pela qual se processou a autorização de entrada, ficando dispensada a prévia designação do local de saída na ficha competente.

112. A prorrogação do prazo de permanência de veículo do turista, deverá ser efetuada pela Superintendência da Receita Federal, em cuja jurisdição o veículo se encontra, e comunicada, à repartição que concedeu a autorização de entrada em território nacional.

113. Atendidos motivos devidamente justificados, a prorrogação poderá ser concedida até sessenta (60) dias.

114. O não cumprimento dos prazos acarretará, após 10 dias úteis da expiração dos mesmos, a execução do termo de responsabilidade pela repartição por onde se processou a entrada do veículo, dando ciência à Superintendência respectiva.

SEÇÃO II

Caminhões de carga

115. O transporte de mercadorias procedentes da Argentina, Uruguai e Paraguai, somente poderá ser feito por caminhões pertencentes a empresas legalmente constituídas e devidamente registradas nas repartições fiscais de fronteira.

116. Para fins de registro, as empresas interessadas deverão, perante as referidas repartições:

I — apresentar prova da existência legal, através de documento expedido por autoridade competente da República Argentina, Uruguai ou Paraguai — conforme o caso, com firma reconhecida por autoridade consular brasileira no país a que corresponder;

II — apresentar relação dos números das licenças dos veículos e as demais características necessárias à sua identificação, visada pela autoridade consular brasileira no país a que corresponder;

III — assinar termo de responsabilidade em que fique assegurado o pagamento dos tributos e multas pertinentes pelo não retorno do veículo.

117. O termo de responsabilidade a que se refere o item anterior, deverá ser firmado, anualmente, pela empresa transportadora e por fiador idôneo, que será sempre entidade domiciliada no Brasil.

118. Os veículos só poderão entrar no Brasil através da cidade de Uruguaiana, quando procedentes da Argentina, das cidades de Jaguarão e Livramento, se vierem do Uruguai ou da cidade de Foz do Iguaçu, se vindos do Paraguai, em cuja repartição fiscal competente serão registrados, na forma do item 116, e onde será processado o desembaraço das mercadorias por eles transportadas.

119. O retorno de cada veículo ao país de procedência deverá ocorrer através do ponto de sua entrada.

120. A carga será acompanhada de manifestos, conhecimentos e faturas comerciais, consoante a legislação geral em vigor sobre a matéria.

121. Na repartição fiscal indicada serão processados o despacho e a conferência regular da mercadoria, procedendo-se, sempre que os interesses fiscais assim o indicarem, à respectiva descarga.

122. O controle da entrada de volumes, para efeito de oportuna conferência final dos manifestos, deverá ser processado de acordo com as seguintes normas:

I — nos manifestos originais, mediante sinal convencional, dar-se-á baixa dos volumes efetivamente descarregados;

II — ao lado da descrição de cada volume ou de cada partida, será anotada a eventual falta apurada;

III — abaixo do rol dos volumes, ou no verso do manifesto, serão anotadas todas as características dos volumes não manifestados.

123. Os veículos poderão levar carga em viagem de retorno, mas não lhes será permitido transportar mercadorias de um para outro ponto do País.

124. À carga transportada na hipótese do item anterior serão aplicadas as normas gerais atinentes à exportação de mercadorias.

125. Os veículos de carga deverão retornar ao País de procedência dentro de 30 dias, prorrogáveis por mais 15, contados da data do desembaraço das mercadorias, e controlados pela mesma repartição por onde ingressaram, sob pena de execução do termo de responsabilidade assinado.

126. As repartições fiscais de Uruguaiana, Jaguarão, Livramento e Foz do Iguaçu manterão um registro das empresas transportadoras e um fichário de controle da entrada e saída dos veículos.

127. As firmas importadoras, consignatárias da mercadoria transportada, deverão estar registradas na repartição fiscal de entrada, consoante os artigos 3º e 5º do Decreto-Lei nº 4.014 (*), de 13 de janeiro de 1942.

128. Estão dispensadas da exigência do item anterior as firmas importadoras que apresentarem certidão de registro em outra qualquer repartição fiscal do País.

129. Aos veículos de empresas nacionais, que, para gozo de tratamento recíproco oferecido pela República Argentina, Uruguai e Paraguai, pretenderem transportar carga exportada para aqueles países, aplicar-se-ão as seguintes normas:

I — os veículos somente poderão sair e entrar através de Uruguaiana, Jaguarão, Livramento e Foz do Iguaçu, conforme o caso;

- II — cada veículo, ao sair, terá suas características anotadas, para efeito do inciso 47 do art. 11 do Decreto-Lei nº 300 (*), de 24 de fevereiro de 1938 ;
- III — à carga exportada serão aplicáveis as normas gerais em vigor sobre a matéria;
- IV — à carga importada, serão aplicadas as regras constantes deste Capítulo.

SEÇÃO III

Ônibus de Passageiros

130. Poderá ser permitida a entrada no território nacional de ônibus procedentes da Argentina, Uruguai e Paraguai, transportando turistas, desde que despachados por autoridade consular brasileira, à semelhança do procedimento adotado para as aeronaves de linhas internacionais, independentemente de assinatura de termo de responsabilidade.

CAPÍTULO X IV

Disposições Especiais

SEÇÃO I

Reembarque

131. Só é permitido o Reembarque de mercadoria descarregada por engano em um porto, quando ficar comprovado oficialmente que a mercadoria constava do manifesto e não descarregou no porto de destino.

SEÇÃO II

Fatura Comercial

132. Na aplicação do Decreto nº 49.977 (*), de 23 de janeiro de 1961, alterado pelo de nº 1.640 (*), de 23 de novembro de 1962, deverão ser observadas as seguintes normas:

I — em relação ao art. 20 , alínea "a":

Nos casos de transporte por via aérea, a indicação do nome da companhia transportadora, acompanhada do número da viagem, expresso este pela forma em uso na aviação, suprirá a exigência do dispositivo regulamentar acima referido.

Nos casos de transporte por via terrestre, será exigido o nome da companhia transportadora;

II — em relação ao art. 2º letra "f" :

A fatura, em língua estrangeira, acompanhada de tradução, corrigirá quaisquer erros ou divergências que constem da tradução, sempre que esta se afastar do que exatamente se contém no texto original ;

III — em relação ao art. 2º, letra "i" :

A omissão do país de origem na fatura será suprida pelo certificado de origem que integrar ou acompanhar a fatura, na forma do art. 9º do Decreto nº 49.877 (*), de 11 de janeiro de 1961;

IV — em relação ao art. 9º:

Os certificados de origem terão as firmas de seus signatários reconhecidas no país em que forem expedidos e não naquele em que se efetuar o embarque;

V — em relação ao art. 30, § 3º.

Somente se admite que a fatura seja visada após o prazo fixado no art. 13, § 1º, quando comprovada a sua apresentação no prazo de trinta dias após a partida da embarcação, aeronave ou veículo, e se não houver sido legalizada por falta de providência que seja da competência de entidade pública e que não tenha sido adotada em tempo hábil, por deficiência da referida entidade.

133. É dispensável a apresentação de fatura comercial para importação de navio de

alto-mar, chegando ao país por seus próprios meios de propulsão.

134. Não é exigível fatura comercial para o desembaraço de alimentos e outras mercadorias doadas por entidades governamentais estrangeiras para entidades públicas nacionais.

SEÇÃO III

Termos de Responsabilidade

135. Serão observadas as seguintes normas relativamente à assinatura dos termos de responsabilidade:

I — os termos de responsabilidade serão elaborados pelas partes — datilografados e sem rasura — e apresentados à repartição fiscal juntamente com o pedido principal e os demais documentos exigidos para a instrução do processo;

II — as partes apresentarão os termos em 3 (três) vias, com as firmas reconhecidas, adotando os modelos específicos para cada caso, com a orientação da repartição e deverão fazer constar todos os elementos indispensáveis à configuração dos mesmos;

III — os termos de responsabilidade, após conferidos e achados conforme pelos funcionários, serão por este devidamente autenticados, dando-se o seguinte destino as 3 vias:

1ª via — arquivo da Seção competente, em caráter temporário, onde aguardará a respectiva baixa;

2ª via — anexação ao processo; e

3ª via — devolução à parte;

IV— À medida que receba baixa, as 1ªs vias passarão do arquivo temporário para o definitivo.

136. Os prazos assinalados nos termos da responsabilidade serão contados, sempre, a partir da data de sua assinatura.

137. Na concessão do “draw back” não é obrigatória a exigência de fiador idôneo no termo de responsabilidade que for assinado para garantia da suspensão de tributos, ficando a critério da autoridade fiscal fazê-la ou não.

138. No caso de ex portação temporária de veículo automotor amparado por Caderneta de Passagem nas Alfândegas (“Carnet de Passage en Douanes”), expedida por associação ou entidade legalmente autorizada a emití-la não será exigida fiança ou termo de responsabilidade.

SEÇÃO IV

Marinha Mercante

139. Os navios afretados a empresas nacionais são considerados navios de bandeira brasileira (Decreto nº 47.225/59).

140. Não será permitido o embarque para o exterior, de algodão e seus sub-produtos, em fardos, de café e cacau, sem que a primeira via (original) das Guias de Exportação, por via marítima, apresente no verso a indicação, pelo representante da SUNAMAM — Superintendência Nacional da Marinha Mercante — do nome do navio e da empresa transportadora (Resolução nº 3.332 da SUNAMAM).

141. As comunicações de afretamento de navios serão feitas diretamente às repartições da Secretaria da Receita Federal, pelas entidades interessadas, apresentando cópia comum, termofax (autenticadas), xerocópia ou fotostática, dos ofícios que a SUNAMAM — Superintendência Nacional da Marinha Mercante dirigir àquelas entidades autorizando o afretamento.

SEÇÃO V

Disposições F inais

142. O dólar fiscal e as tabelas para cálculo do imposto único sobre combustíveis líquidos, vigentes a partir de 1964 são os constantes dos anexos nºs 10 e 11, respectivamente.

143. O funcionário não poderá receber qualquer vantagem pecuniária em decorrência de decisão que exarar por força do cargo que esteja exercendo.

144. No cálculo dos emolumentos consulares cobrados no Brasil aplica-se o dólar fiscal vigente para a importação.

145. As análises efetuadas pelo Laboratório de Análises serão cobradas de conformidade com a tabela de preços constante do anexo nº 12.

ANEXO Nº 1 item 451

Declaração da CACEX para efeito de fechamento de câmbio nos despachos de importação da Petrobrás

“A REPARTIÇÃO ADUANEIRA”

Para os fins previstos na Resolução nº 35, de 17-9-66, do Banco Central do Brasil, Circular FICAM nº 44, de 19-9-66, da Fiscalização Cambial e Circular nº 21, de 2-2-67, do Sr. Diretor das Rendas Aduaneiras, que estabelecem normas para o desembaraço alfandegário de mercadorias, declaramos que contratamos com a PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. — PETROBRAS a seguinte operação de câmbio:

Produto:

Nº da Operação: VBC (TRQ -

Data:

Valor:

Embarque nº.....(FOB/FRETE/C&F)

De conformidade com a regulamentação em vigor o licenciamento do material amparado pela operação em epígrafe é efetuado “a posteriori”, após o seu desembaraço alfandegário.

CARIMBO: BANCO CENTRAL DO BRASIL — Gerência de Fiscalização Cambial
Subdivisão de Importação — SURIM (a) Sylvio Caetano do Espírito Santo.

ANEXO Nº 2 (item 62)

Relação das empresas aéreas habilitadas ao gozo da isenção de que trata a Lei nº 1.815, de 18 de fevereiro de 1953:

EMPRESAS REGULADAS NACIONAIS

1. Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A.
2. S.A. Empresa de Viação Aérea Riograndense — “VARIG ”
3. Viação Aérea São Paulo S/A. — “VASP”
4. SADIA S/A — Transportes Aéreos
5. PARAENSE — Transportes Aéreos S/A

TÁXIS AÉREOS

1. Acre Táxi Aéreo Ltda.
2. Aéro Táxi Caron Ltda.
3. Aéro Táxi Paulista Ltda.
4. Aéro Táxi Vitória Ltda.
5. Aerosita — Serv. Interes. de Táxis Aéreos S.A..
6. Atlanta Táxi Aéreo Ltda.
7. Boa-Brasil Organização Aérea S/A.
8. Bata-Baía Táxi Aéreo
9. Belém Aéreo Táxi Ltda.
10. Certa – Consórcio de Equip. Reunidos de Táxi Aéreo Ltda.
11. Cobrás Táxi Aéreo Ltda.
12. Etapi — Empresa de Táxi Aéreo Piauí.
13. Frota — Farroupilha Táxi Aéreo Ltda.
14. Líder Guanabara Táxi Aéreo Ltda.
15. Líder São Paulo Táxi Aéreo Ltda.
16. Líder Táxi Aéreo S/A
17. Na. Aux. De Transporte Aéreos Ltda. – Natal
18. NTA – Nacional Táxi Aérea S/A
19. Norte Táxi Aéreo Ltda.
20. ORA – Oesta Redes Aéreas S/A
21. RETA – Rede Est. de Táxi Aéreo S/A
22. RIO Táxi Aéreo Ltda.
23. Servi Táxi – Serviços de Táxi Aéreo Ltda.
24. SOCITA – Ltda. Soc. Civil de Táxi Aérea
25. Soc. De Táxi Aéreo Weston Ltda.
26. TATO – Transp. Aéreo Centro Oeste
27. TAMIG – Táxi Aéreo Minas Gerais S/A
28. TASUL – Táxia Aéreo Sul Ltda.
29. Táxi Aéreo Aliança S/A
30. Táxi Aéreo Amazônica Ltda.
31. Táxi Aéreo Amapá Ltda.
32. Táxi Aéreo Araçatuba Ltda.
33. Táxi Aéreo BandeirantesLtda.
34. Táxi Aéreo Cabo Frio Ltda.
35. Táxi Aéreo Caravelas Ltda.
36. Táxi Aéreo Costa do Sol Ltda.
37. Táxi Aéreo Eercílio Caleffi Ltda.
38. Táxi Aéreo Flamingo Ltda.
39. Táxi Aéreo Goiás Ltda.
40. Táxi Aéreo Guajará Ltda.
41. Táxi Aéreo Kovacs Ltda.
42. Táxi Aéreo Londrinense Ltda.
43. T.A.M - Táxi Aéreo Marília S.A.
44. Táxi Aéreo Piratini Ltda.
45. Táxi Aéreo Pluma Ltda.
46. Táxi Aéreo Porto Alegre
47. Táxi Aéreo Rio de Ouro Ltda.
48. Rondônia Ltda.
49. Táxi Aéreo Servencin Ltda.
50. Táxi Aéreo Sinuelo Ltda.
51. Táxi Aéreo Soc. Geral de Aviação Ltda.
52. Táxi Aéreo Vicente Ltda.
53. Translina Ltda.
54. Transportes Aéreos Delta S.A.

55. UTA – União Táxi Aéreo Ltda.

56. VOTEC - Vôo Téc. e Executivos

57. Táxi Aéreo Dourado Ltda.

Empresa de Transporte Não Regular:

1. SAVA – Serviços Aéreos Taxi e Abastecimento do vale Amazônica Ltda.

EMPRESAS ESTRANGEIRAS

1. Aeroviass Nacionais da Colombia
2. Aerolíneas Argentinas
3. Alitalia – Aerolinee Italiane Internazionali
4. Braniff Airways Inc.
5. British Overseas Airways Corp.
6. British United Airways Ltda.
7. Compagnie Nationale Air France
8. Deutsche Lufthansa S.A
9. Iberia – Lineas Aéreas Españolas S.A.
10. KLM – Cia. Real Holandesa de Aviação
11. Lloyd Aéreo Boliviano S.A
12. Pan American World Airways Inc.
13. Scandinavian Airlines System (SAS)
14. Swissair – Societé Anonyme Suisse pour la Navigation Aérienne
15. TAP – Transportes Aéreos Portugueses S.A.R.L.
16. Transatlantica Argentina Sociedad Anonoma de Aeronavegación.

ANEXO Nº 3

Bagagem

(Item 72)

Tabela de Isenção Tributária para artigos de consumo de que trata o item nº 71 deste Ato

1) Bebidas alcoólicas:

- a) vinho comum, de mesa e sobremesa – 3 litros;
- b) champanha semelhantes – 2 litros.
- c) Aguardente, uísque, gim, genebra e semelhantes, vermute e outros aperitivos – 2 litros.

2) Comestíveis:

- a) azeite de oliveira e outros comestíveis – 5 litros;
- b) presunto, lingüiça, mortadela, salsicha, salsichões, salame e semelhantes – 5 quilos;
- c) Chocolate, bombons, confeitos e semelhantes ½ quilo;
- d) Preparações de carne ou peixe, inclusive “paté-de-fois-gras” e semelhantes – ½ quilo.

3) Fumo:

- a) Charutos e cigarrilhas – 25 unidades;
- b) Cigarros – 200 unidades;
- c) Fumo preparado para cachimbos – 250 gramas.

4) Artigos de tocador:

- a) Perfumes para lenço – 10 onças (ap. 280 gramas líq.);
- b) Água de colônia, loções e semelhantes -25 onças (ap. 700 gramas líq.);

II- As mercadorias enumeradas no § 2º do art. 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.324, e 11 de setembro de 1967, com a redação dada pelo Decreto nº 63.947, de 30 de dezembro de 1968 e não discriminadas acima, gozarão de isenção prevista no mesmo dispositivo regulamentar, desde que:

- a) A quantidade de cada espécie não revela destinação comercial;
- b) O valor total dessas mercadorias somado às acima numeradas não seja superior a US\$ 25,00 (vinte e cinco dólares).

ANEXO Nº 4

Relação dos países contratantes do Acordo Geral Tarifas

Aduaneiras e Comércio (GATT)

(Item 81)

Africa do Sul	Gabão	Nicarágua
Alemanha Ocidental	Gambia	Noruega
Alto Volta	Gana	Nova Zelândia
Argentina	Grécia	niger
Austrália	Guiana	Paquistão
Áustria	Haiti	Peru
Barbados	Holanda	Polônia
Bélgica	Índia	Portugal
Birmânia	Indonésia	República Dominicana
Brasil	Iranda	República Fereral da Nigéria
Burundi	Islândia	República Centro Africana
Camarões	Israel	Reino Unido da Grã-Bretanha e
Camadá	Itália	Irlanda do Norte
Ceilão	Iugoslávia	Luanda
Chile	Jamaica	Senegal
Chipre	Japão	Serra Leoa
Congo(Brzzavile)	Kenia	Suécia
Coreia	Kwait	Suissa
Costa do Marfim	Luxemburgo	Tanzânia
Cuba	Madagascar	Tchad
Deomé	Malawi	Tchecoslováquia
Dinarmaca	Malásia	Togo
Espanha	Malta	Trinidad e Tobago
Estados Unidos da América	Mauritânia	Turquia
Filândia		Uganda
Fança		Uruguai

ANEXO Nº 10

(Item 142)

Mês	1964	1965	1966	1967	1968	1969
JAN	615,94	1.488,30	2.002,00	2.218,00	2,71	3,73
FEV	619,48	1.658,00	2.214,00	2.218,00	2,71	3,82
MAR	617,28	1.663,00	2.190,00	2,70	3,22	3,82
ABR	640,31	1.850,00	2.219,00	2,70	3,22	3,92
MAI	1.084,73	1.842,00	2.220,00	2,70	3,22	3,96
JUN	991,88	1.838,00	2.219,00	2,71	3,22	3,99
JUL	1.189,23	1.839,00	2.219,00	2,71	3,22	4,02
AGO	1.075,40	1.842,00	2.219,00	2,71	3,22	4,04
SET	1.038,20	1.842,00	2.219,00	2,71	3,22	4,09
OUT	1.230,36	1.837,00	2.218,00	2,71	3,33	
NOV	1.409,40	1.836,00	2.219,00	2,71	3,66	
DEZ	1.532,70	1.829,00	2.218,00	2,71	3,70	

NOTA: A

Nota: A partir de março de 1967, os valores estão espessos em Cruzeiro Novos.

ANEXO Nº 11
(item 142)

Tabela de Valores de Imposto Único Incidentes Sobre
Combustíveis Líquidos por Toneladas
Período de vigência 23 de outubro de 1963 a 11 de maio de 1964

PRODUTO	VALOR UNITÁRIO (Cr\$)		
	Procedência Estrangeira (ton.)	Produção nacional	
		Litro	Tonelada
G.L.P. (mist. Propano/butano)	31.057,04	-	23.292,78
Gasolina aviação 115/145	33.278,00	17,5311	
Gasolina aviação 100/130	30.629,29	16,3147	
Gasolina aviação 91/98	27.533,69	14,6927	
Gasolina aviação 91/96	28.892,35	15,5780	
Gasolina aviação 80/87	26.519,64	14,1496	
Gasolina automotiva "B"	-	22,4244	
Gasolina automotiva "A"	28.286,10	15,2894	
Querosene	20.968,90	8,3834	
Óleo Diesel	14.021,68	5,9073	
Óleo combustível	7.260,47	-	3.630,24
Gás Oil	15.419,75	6,5318	
Signal Oil	26.030,23	11,2249	
Óleo lubrificante (granel)	70.395,00	31,3962	
Óleo lubrificante (embalado)	482.229,60	215,0744	
G.L.P. (Propano)	30.026,00		22.519,50

Período de vigência: 12 de março a 10 de novembro de 1964

PRODUTO	VALOR UNITÁRIO (Cr\$)		
	Procedência Estrangeira (ton.)	Produção nacional	
		Litro	Tonelada
G.L.P. (mist. Propano/butano)	40.008,40	-	36.756,30
G.L.P. (Propano)	58.114,88	-	43.586,30
Gasolina aviação 115/145	63.939,13	33,6831	-
Gasolina aviação 100/130	58.086,62	30,9398	-
Gasolina aviação 91/98	53.291,01	28,4374	-
Gasolina aviação 91/96	55.920,65	30,1510	-
Gasolina aviação 80/87	61.023,12	27,2234	-
Gasolina automotiva "B"	-	42,3698	-
Gasolina automotiva "A"	53.445,15	28,8884	-
Querosene	39.395,60	15,7504	-
Óleo Diesel	27.138,80	11,4336	-
Óleo combustível	11.710,44	-	5.855,22
Gás Oil	29.844,64	12,6422	-
Signal Oil	50.477,84	21,7257	-
Óleo lubrificante (granel)	140.362,90	62,6911	-

Óleo lubrificante (embalado)	933.347,80	-	466.673,90
Óleo lubrificante (Ré-refinado)	-	31,3455	-

Período de vigência: 11 de novembro de 1964 a 31 de dezembro de 1964

PRODUTO	PROCEDÊNCIA	
	Estrang. (ton) NCr\$)	Nacional
Gás liquefeito	22.077,40	22,0774 kg
Gasolina de aviação	97.543,57	69,3423 it
Querosene de aviação	71.866,92	58,0541 it
Gasolina automotiva "B"	72.198,70	52,0336 it
Gasolina automotiva "A"	135.745,53	97,8318 it
Querosene	52.570,66	42,0355 it
Óleo Diesel	53.061,71	36,2838 it
Óleo combustível (fuel oil)	7.509,51	7.509,51 ton.
Óleo lubrificantes, simples, compostos ou emulvisos "singnal oil" a granel	188.306,39	167,9693 it
Idem, idem, embalado	274.614,13	-
Petróleo bruto importado	5.039,61	-
Idem, produzido no País	-	1.2901lt

Período de vigência: 1 de janeiro a 28 de fevereiro de 1965

PRODUTO	PROCEDÊNCIA	
	Estrang. (ton) NCr\$)	Nacional
Gás liquefeito	22.077	22077/ton
Gasolina de aviação	97.542	69.342/1000 lt
Querosene de aviação	71.867	58.054/1000 lt
Gasolina automotiva "A"	84.013	60.548/1000 lt
Gasolina automotiva "B"	-	105.099/10IXI lt
Querosene	55.663	44.508/1000 lt
Óleo Diesel	45.932	38.703/1000 lt
Óleo combustível (fuel oil)	7.510	7.510/ton
Óleo lubrificantes, simples, compostos ou emulvisos "singnal oil" a granel	226.457	202.000/1000/ton
Idem, idem, embalado	295.284	-
Petróleo bruto importado	5.040	-
Idem, produzido no País	-	1.290/1000 lt

Período de vigência: 1 de março de 1965 a 1 de janeiro de 1966

PRODUTO	PROCEDÊNCIA	
	Estrang. (ton) NCr\$)	Nacional
Gás liquefeito	24.696	24.696/ton
Gasolina de aviação	109.111	77.567/1000 lt

Querosene de aviação	80.391	64.940/1000 lt
Gasolina automotiva "A"	93.977	67.730/1000 lt
Gasolina automotiva "B"	163.126	117.565/1000 lt
Querosene	62.265	49.787/1000 lt
Óleo Diesel	51.380	43.293/1000 lt
Óleo combustível (fuel oil)	8.400	8.400/ton
Óleo lubrificantes, simples, compostos ou emulvisos "singnal oil" a granel	252.785	225.465/1000 lt
Idem, idem, embalado	330.306	-
Petróleo bruto importado	5.637	-
Idem, produzido no País	-	1.453 lt

Período de vigência: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1968

PRODUTO	PROCEDÊNCIA	
	Estrang. (ton) NCr\$)	Nacional
Gás liquefeito	28.928	28.928/ton
Gasolina de aviação	127.807	90.858/1000 lt
Querosene de aviação	97.166	76.067/1000 lc
Gasolina automotiva "A"	110.082	79.335/1000 lt
Gasolina automotiva "B"	191.078	137.710/1000 lt
Querosene	72.934	38.318/1000 lt
Óleo Diesel	60.185	50.712/1000 lt
Óleo combustível (fuel oil)	9.840	9.840/ton
Óleo lubrificantes, simples, compostos ou emulvisos "singnal oil" a granel	296.102	264.123/100 lt
Idem, idem, embalado	345.452	-
Petróleo bruto importado	6.603	-
Idem, produzido no País	-	1.690/1000 lt

Período de vigência: 1º de janeiro a 31 de março de 1967

PRODUTO	PROCEDÊNCIA	
	Estrang. (ton) NCr\$)	Nacional
Gás liquefeito de petróleo	41.884	-
Gasolina de aviação	122.494	87,0811
Querosene de aviação	90.112	72,7923
Gasolina automotiva "A"	129.806	93,5515
Gasolina automotiva "B"	149.633	107,8404
Querosene "singnal oil"	48.552	38,8225
Óleo Diesel	85,710	73,0019
Óleo combustível (fuel oil)	2.354	2.354
Óleo lubrificantes, simples, compostos ou emulvisos a granel	283.353	252,7509
Idem, idem, embalados	330.654	-

Período de vigência: 1º de abril de 1967 a 5 de janeiro de 1968

PRODUTO	Tonelada NCr\$	Litro NCr\$
Gás liquefeito de petróleo	45,0151	
Gasolina de aviação	131,6500	0,0936
Querosene de aviação	96,8471	0,0782
Gasolina automotiva tipo "A"	139,5089	0,1005
Gasolina automotiva tipo "B"	160,8171	0,1159
Querosene e "signal-oil" .	52,1815	0,0417
Óleo Diesel	93,1912	0,0785
Óleo combustível (fuel-oil)	2,5299	-

Oleos lubrificantes, simples, compostos ou emulsivos, a granel	304,5323	0,2716
Idem, idem, idem, embalados	355,3689	-

Período de 6 de janeiro a 31 de março de 1968

PRODUTO	Tonelada NCr\$	Litro NCr\$
Gás liquefeito de petróleo	54,0411	-
Gasolina de aviação	157,96 19	0,1123
Querosane de aviação	116,2166	0,0939
Gasolina automotiva tipo "A"	167,4285	0,1207
Gasolina automotiva tipo "B"	192,9806	0,1391
Querosene e "signal-oil"	62,6098	0,0501
Óleo Diesel	111,8370	0,0942
Óleo combustível	3,0359	-
Oleos lubrificantes, simples, compostos ou emulsivos, a granel	-	-
idem, idem, idem, embalados	365,4387	0,3260
	426,4426	

Período de 1º de abril a 31 de dezembro de 1968

PRODUTO	Tonelada NCr\$	Litro NCr\$
Gás liquefeito de petróleo	54,1382	-
Gasolina de aviação	158,2861	0,1125
Querosane de aviação	116,4684	0,0941
Gasolina automotiva tipo "A"	167,7895	0,1209
Gasolina automotiva tipo "B"	193,3791	0,1394
Querosene e "signal-oil"	62,7471	0,0502
Óleo Diesel	112,0660	0,0944
Óleo combustível (fuel-oil)	3,0594	-
Oleos lubrificantes, simples, compostos ou emulsivos, a granel	366,2496	0,3267
idem, idem, idem, embalados	427,3768	-

Período de 1º de janeiro a 14 de maio de 1969

PRODUTO	Tonelada NCr\$	Litro NCr\$	Quilo NCr\$
Gás liquefeito de petróleo	-	-	0,0707
Gasolina de aviação	206,5939	0,1469	-
Querosane de aviação	152,0137	0,1228	-
Gasolina automotiva tipo "A"	218,9976	0,1578	-
Gasolina automotiva tipo "B"	252,3970	0,1819	-
Querosene e "signal-oil"	81,8971	0,0655	-
Óleo Diesel	146,2677	0,1232	-
Óleo combustível	3,9930	-	-
Oleos lubrificantes, simples, compostos ou emulsivos, a granel	478,0262	0,4364	-
idem, idem, idem, embalados	557,8090		

Período de 15 de maio a 1º de setembro de 1969

PRODUTO	Tonelada NCr\$	Litro NCr\$	Quilo NCr\$
Gás liquefeito de petróleo	-	0,0738	-

Gasolina de aviação	0,1533	-	215,6927
Querosane de aviação	0,1282	-	158,7087
-Gasolina automotiva tipo "A"	0,1648	-	228,5131
Gasolina automotiva tipo "B"	0,1899	-	85,5040
Querosene e "signal-oil"	0,0684	-	152,7097
Oleo Diesel	0,1287	-	4,1689
Oleo combustível (fuet-oil)	-	-	
Oleos lubrificantes, simples, compostos ou emulsivos, a granel	0,4452	-	499,0795
dem, idem, idem, embalados		-	582,376 1

Período: a partir de 2 de setembro de 1969

PRODUTO	Tonelada NCr\$	Litro NCr\$	Quilo NCr\$
Gás liquefeito de petróleo	-	0,0739	-
Gasolina de aviação	0,1536	-	215,9997
Querosane de aviação	0,1284	-	158,9346
-Gasolina automotiva tipo "A"	0,1650	-	228,9682
Gasolina automotiva tipo "B"	0,1902	-	263,8882
Querosene e "signal-oil"	0,0685	-	85,6257
Oleo Diesel	0,1289	-	152,9270
Oleo combustível (fuet-oil)	-	-	4,1748
Oleos lubrificantes, simples, compostos ou emulsivos, a granel	0,4458	-	499,7899
dem, idem, idem, embalados		-	582,3761

ANEXO Nº 12
(Item 145)

LABORATÓRIO DE ANALISES
TABELA DE PREÇOS

SEÇÃO DE QUÍMICA, CERÂMICA E METALURGIA
(S.Q.C.M.)

1. Produtos Químicos Inorgânicos, Minerais e Preparações Simples:

Análise qualitativa	NCr\$ 20,00
Análise quantitativa.....	NCr\$ 30,00
Em mistura:	
análise qualitativa.....	NCr\$ 30,00
análise quantitativa.....	NCr\$ 30,00
e, por elemento, mais.....	NCr\$ 10,00

2. Metais e Metalóides

Isolados:

análise qualitativa	NCr\$ 20,00
análise quantitativa.....	NCr\$ 30,00

Em ligas:

análise qualitativa.....	NCr\$ 20,00
análise quantitativa.....	NCr\$ 30,00
e, por elemento, mais.....	NCr\$ 10,00

Vidro e Cerâmica

análise qualitativa.....NCr\$ 20,00
análise quantitativa.....NCr\$ 30,00

Produtos Texteis

Qualquer artigo têxtil (fios, tecidos, etc.)
simples, coberto ou impregnadoNCr\$ 20,00

Celulose e Papel

Quaisquer papéis: simples, cobertos ou
Impregnados.....NCr\$ 20,00

Matéria Plástica ou Resina Sintética

Qualquer matéria plástica ou resina
sintética (em forma não manufaturada,
semi-manufaturada ou manufaturada)NCr\$ 20,00

Borracha

Natural ou sintética (em bruto, inclusi-
ve látex; qualquer semi-manufatura ou
manufatura).....NCr\$ 20,00

Sabões e Produtos Tenso-ativos.....NCr\$ 30,00

Aditivos p/Gasolina e Óleos LubrificantesNCr\$ 30,00

SEÇÃO DE ÓLEOS, TINTAS E VERNIZES (S.O.T.V.)

Produtos Químicos Orgânicos

análise qualitativaNCr\$ 20,00

análise quantitativaNCr\$ 30,00

Óleos, Gorduras e CêraNCr\$ 30,00

Corantes e Pigmento

análise qualitativa.....NCr\$ 20,00

análise quantitativa.....NCr\$ 30,00

Tintas e Vernizes de qualquer espécieNCr\$ 30,00

Massas — MastiqueNCr\$ 30,00

Preparação orgônica e organo-minerais

inclusive para a Lavoura

análise qualitativaNCr\$ 20,00

análise quantitativaNCr\$ 30,00

SEÇÃO DE BROMATOLOGIA E FARMÁCIA (S.B.F.)

Bromatologia

Bebidas alcoólicasNCr\$ 30,00

Bebidas não-alcoólicas (compreendendo

xaropes e sucos de frutas não fermentados) NCr\$ 30,00

Essências.NCr\$ 30,00

Óleos vegetais e gordurosos comestíveis.....NCr\$ 30,00

Leites e derivados.....NCr\$ 30,00

Coalhos.....NCr\$ 20,00

Farinhas, cereais, massas alimentícias e

Preparações nutritivasNCr\$ 30,00

Molhos e condimentos.....NCr\$ 20,00

Açúcares.....NCr\$ 20,00

Frutas em conservas, doces e confeitos.....NCr\$ 20,00

Preparações para a indústria alimentar..... NCr\$ 30,00

Farmácia

Produtos químicos inorgânicos:

Qualitativa.....NCr\$ 20,00

Quantitativa.....	NCr\$ 30,00
Produtos químicos orgânicos:	
Qualitativa.....	NCr\$ 20,00
Quantitativa.....	NCr\$ 30,00
Produtos de origem vegetal.....	NCr\$ 20,00
Produtos biológicos.....	NCr\$ 40,00
Produtos opoterápicos.....	NCr\$ 40,00
Especialidades farmacêuticas.....	NCr\$ 40,00
Preparações para a indústria.....	NCr\$ 40,00

NOTA: Os modelos de que trata a presente Instrução Normativa foram publicados no D.O.U. de 08.10.69.